



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Trigésima Quarta Sessão Ordinária do 6º Período Ordinário da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e três, sob a Presidência do vereador Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores; Ana Cleyde Tavares Batista Filha; Joseane de Oliveira Seixas; Francisco Azevedo Pereira; Marcio Kellen Soares Canto, Rafael Luiz Miléo Viana, Adeilson da Costa Lopes, Mauro Luiz de Oliveira Wanzeller, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, Sebastião Gomes; Deybson Delmar Rasch, Marta Monteiro Godinho e Manoel Lucivaldo Siqueira. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a sessão, solicitando à 2ª Secretária que procedesse a leitura da ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida e submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. Ato Contínuo, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente da Sessão, o qual constou do seguinte: Projeto de Lei nº 074/23, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Oriximiná, para o exercício financeiro de 2024, com as Emendas Modificativas de Plenário nrs. 001 e 002/23, aprovadas na sessão ordinária do dia 28/11/2023 e inseridas no texto do referido Projeto de Lei. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Ludugero Júnior, inicialmente cobrou pela quarta vez do Presidente da Casa o Parecer Jurídico sobre as emendas modificativas de plenário apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller na sessão ordinária do dia 28 de novembro ao Projeto de Lei que versa sobre a LOA 2024, para que os vereadores possam ter um embasamento sobre as mesmas. Continuando o nobre Edil solicitou à Mesa Diretora da Casa, que encaminhe Moção de Aplausos à Associação Comercial de Oriximiná, que teve a iniciativa de realizar uma reunião com a Empresa Equatorial Energia sobre os péssimos serviços prestados no município. Ainda com a palavra o vereador Ludugero Júnior, reportou-se sobre o orçamento da Câmara, acrescentando que já foi presidente deste Poder Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

onde trabalhava com um orçamento de quatrocentos mil reais e funcionava o setor de identificação, assim como o ex-vereador Joanyr Estumano com quinhentos mil reais, ou seja, conseguiam manter os serviços do Legislativo. Agora nesta legislatura, em 2022, o orçamento da Câmara foi de oitocentos mil reais e em 2023, setecentos mil reais e não dá para manter tais serviços, disse ainda que é preciso o presidente rever os gastos deste Poder. Em relação as emendas de plenário apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller, disse que, no seu entendimento, foram apresentadas de forma errada, pois não estão de acordo com os dispositivos regimentais. A seguir fez uso da palavra o vereador Junhão, disse que há sempre discussão nesta Casa sobre comparar com as gestões anteriores. Acrescentou O Edil que nunca aconteceu na história deste Poder vereadores votarem contra o orçamento da Câmara, como está acontecendo nesta legislatura, o que é lamentável. Ressaltou o vereador Junhão dizendo que os ex-presidentes deste Poder trabalhavam com o percentual de 7% do duodécimo, atualmente o percentual é de 5%. Portanto não estamos querendo dobrar salário de vereador e sim que seja repassado os 7% como determina a lei em vigor, para que os serviços da Câmara voltem a funcionar, como também os vereadores possam visitar as comunidades rurais, com intuito de buscar as demandas e trazer ao conhecimento do executivo municipal. Finalizou perguntando será que os vereadores que votaram contra o orçamento da Câmara recebem deste Poder ou do Executivo, como também querem o bem do prefeito ou da população oriximinaense. Com a palavra o vereador Adeilson Lopes, disse que o orçamento municipal não é do prefeito e sim do povo de Oriximiná, inclusive está sendo bem aplicado em todas as áreas. Disse ainda que tem fiscalizado as obras executadas neste município, e que são de boas qualidades. Falou do prédio da prefeitura que foi reformado e vai ser reinaugurado em breve, como também está sendo feito o muro no lixão e o calçamento das vias públicas do bairro São José II e do bairro Bela Vista. Então isto demonstra que o recurso público está sendo bem aplicado neste governo da transformação. Acrescentou ainda que Oriximiná vai desenvolver muito mais até o final do mandato do atual prefeito. Em relação ao orçamento da Câmara, disse que na sua opinião o vereador deveria ganhar um salário mínimo, mas infelizmente não depende dos vereadores, pois existe uma lei que deve ser cumprida. Finalizou dizendo que esta Legislatura vai ficar na história deste município. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, disse ser favorável a sugestão do vereador Adeilson de que o salário do vereador seja um salário mínimo, como também o do prefeito, vice-prefeito e secretários, até porque quem fixa tais salários é a Câmara através de projeto de



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

resolução. Continuando a vereadora chamou atenção da população para as narrativas eleitoreiras que são ditas na Tribuna desta Casa. Em relação ao orçamento da Câmara, que foi feito uma comparação com os orçamentos das legislaturas anteriores, fez uma comparação dos orçamentos municipais das gestões anteriores com a atual, dizendo que antes era em torno de doze a dezesseis milhões de reais mensal, na atual administração a arrecadação é de vinte e cinco a trinta milhões de reais por mês e não tem remédio no hospital municipal, dentre outras demandas que existem em todas as áreas, como também paga os blogs que só falam nas redes sociais o que o prefeito quer, dizem que os vereadores de oposição querem aumentar seus salários, o que não é verdade, até porque a lei não permite diferença de salário entre vereadores. Em relação ao orçamento da Câmara, disse que a lei determina que o duodécimo seja 7% da receita corrente líquida é isto que está sendo reivindicado, que a lei seja cumprida, até porque a Câmara não deve ser um puxadinho do Executivo. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque lembrou que na sessão anterior a vereadora Keké Batista disse que na legislatura passada eram emitidas dez carteiras de identidade pelo setor de identificação deste Poder, já nesta legislatura estavam sendo emitidas trintas carteiras. Em relação as comparações que foram feitas com as gestões anteriores, aconteciam as mesmas coisas, ou seja, eram convocados secretários municipais que não vinham e os requerimentos não eram respondidos em tempo hábil. Então, tudo isto acontece atualmente. Lembrou do Projeto de Lei sobre a Usina da Paz, que foram votados os pareceres e até a presente data o projeto não foi colocado em pauta para votação. Em relação às emendas que foram apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller, gostaria que a Mesa Diretora explicasse quanto a votação das referidas emendas para que possa proferir seu voto. Ainda com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, falou sobre os descontos que estão sendo feitos nos salários dos vereadores por determinação do Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, e que o presidente deveria ter reunido com os vereadores para tratar deste assunto internamente, como de outros. A seguir fez uso da palavra o vereador Quinho Azevedo, iniciou seu pronunciamento dizendo que sempre respeitou cada colega vereador neste Parlamento desde o seu primeiro mandato. Lembrou que por ocasião da cassação do prefeito Fonseca, aceitou a decisão da maioria, não ficou denegrindo a imagem de nenhum vereador. Disse que no início desta legislatura o vereador Mauro Wanzeller era da base do prefeito e saiu. Deve ter tido seus motivos. Assegurou o Edil que apoiou o Prefeito Delegado Fonseca e vai permanecer até o final do seu mandato. Em relação as questões deste



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Poder, disse que solicitou uma viagem a capital do estado ao presidente da Casa e lhe foi negada, mas não causou nenhum desentendimento com o mesmo. Disse que todos os vereadores precisam viajar com diárias em busca de melhorias para nossa população juntos aos órgãos estaduais e até federal. É um direito do vereador. Lembrou ainda que quando o vice-prefeito assumiu o cargo por ocasião da cassação do prefeito, não recebeu nenhum benefício, mas aceitou com respeito, assim como sempre respeitou os ex-prefeitos. Portanto na próxima eleição quem vai julgar é o povo, através do voto. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Com a palavra o vereador Ludugero Júnior, voltou a falar do duodécimo da Câmara e que quando foi presidente deste Poder, era em torno de quatrocentos mil reais, dava para manter os serviços da Câmara. Em 2022 foi de oitocentos mil reais, em 2023 setecentos mil reais, agora querem dobrar para quinze milhões de reais, o que não concorda, inclusive a Câmara atualmente tem quase noventa funcionários, segundo informações obtidas no Portal da Transparência. Disse que vem sofrendo ataques pessoais de vereador na Tribuna da Casa, agora resolveu se defender, até porque fazem insinuações de que os vereadores da base recebem algo do executivo, o que não é verdade. Disse ainda que não gostaria que esses assuntos internos da Casa fossem debatidos em sessões, apesar de já ter solicitado do presidente Marcelo Sarubbi que fossem tratados internamente. Ainda com a palavra o vereador Ludugero Júnior assegurou ser contra as aberrações que estão acontecendo neste Poder em relação as emendas de plenário apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller ao projeto de lei que versa sobre o orçamento municipal para 2024, até porque, no seu entendimento não foi cumprido os dispositivos regimentais, ou seja, somente quatro vereadores requereram verbalmente para que tais emendas fossem colocadas em votação, o presidente Marcelo Sarubbi não solicitou. Em aparte o vereador Marcio Canto, disse que não adianta solicitarem reunião dos vereadores para discutirem essas questões internas se já foram colocadas na Tribuna da Casa. Em aparte o vereador Arnaldo Gemaque, disse que naquela sessão do dia 28 de novembro quando as emendas do vereador Mauro foram colocadas em votação, recorda que apenas os vereadores Márcio Canto, Keké Batista, Josy Seixas e o vereador Mauro Wanzeller requereram, não escutou o vereador Marcelo Sarubbi solicitar também, inclusive se tivesse chagado antes daquela ata ter sido colocada em votação teria pedido para ser corrigida. Continuando o vereador Ludugero Júnior, disse que realmente houve um equívoco na ata, mas já está sendo solicitado o vídeo daquela sessão. Lembrou ainda



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

que os ex-vereadores Zequinha Calderaro e Chaboga na legislatura anterior, requereram a cassação do ex-prefeito Gonzaga Viana por não responder os requerimentos dos vereadores. Portanto o atual presidente da Casa deve ter esse cuidado, até porque os sete vereadores da base, apresentaram um requerimento solicitando que fosse colocado em pauta o projeto de lei que trata sobre o terreno para construção da Usina da Paz, que foi aprovado por todos, mas infelizmente não foi cumprido, haja visto que os pareceres das comissões já tinham sido aprovados em uma das sessões, assim como o projeto de lei que cria a secretaria de igualdade racial, levou vários dias para ser lido e até a presente data não foi encaminhado à Comissão de Justiça da qual é membro. Portanto isto demonstra que está havendo um atropelamento na Lei Orgânica e no Regimento Interno da Casa. Com a palavra o vereador Adeilson Lopes, teceu comentários sobre os péssimos atendimentos nas agências bancárias em nosso município, destacando a Caixa Econômica Federal, onde as pessoas ficam exposta ao sol e chuva, como também o Bradesco, que quando tem algum problema a pessoa tem que se dirigir para Porto Trombetas. Portanto se faz necessário que sejam tomadas as devidas providências sobre essas questões. A seguir ocupou a Tribuna o vereador Manoel Bochecha, dizendo que ouviu atentamente os vereadores que lhe antecederam, onde foi colocado pelo vereador Ludugero Júnior que já tinha solicitado do presidente Marcelo Sarubbi uma reunião com todos os vereadores para discutirem internamente sobre diversas situações que estão acontecendo neste Parlamento. Disse ainda que os vereadores da base do governo não têm conhecimento das coisas que acontecem na Casa, como os cortes que houveram no combustível dos vereadores e nas passagens, inclusive não discutimos sobre o orçamento da Câmara para 2024. Acrescentou ainda o nobre vereador que foi descontado da 1ª parcela do seu 13º salário, o que acha errado. Assegurou o vereador Manoel Bochecha, que gostaria de ter um documento oficial do TCM, que determinou o desconto nos salários dos vereadores. Disse ainda não entender quando a vereadora Josy Seixas fala em puxadinho do executivo, como também o vereador Junhão sempre insinua que os vereadores da base recebem algo do prefeito, o que discorda. Acrescentou ainda o Edil, dizendo que em janeiro deste ano não recebeu combustível, como também este mês. Disse que a empresa de segurança da Casa recebe quase onze mil reais por mês, recurso este que daria para pagar o combustível dos vereadores. Portanto é preciso que sejam cortadas outras despesas desnecessárias deste Poder. Frisou ainda o nobre vereador que tem dois assessores e os salários são deles. Continuando o vereador Manoel Bochecha, disse que apoiou o prefeito



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Fonseca, inclusive quando o cassaram, os vereadores da base aceitaram sem fazer nenhum questionamento, e vai continuar apoiando o prefeito até o final do seu mandato. Com a palavra o vereador Junhão, disse que esses debates acontecem em todos os Paramentos desse País. Em relação às situações que são colocadas nesta Casa, disse que sempre que fala algo na Tribuna tem como comprovar e toda vez que for citado seu nome, vai responder. Afirmou o vereador Junhão que vê muitas cobranças, agora vale ressaltar que todos têm telhado de vidro. Continuando o vereador Junhão falou da suplementação de 50%, que foi aprovada neste Poder, que seria para o prefeito pagar o 13º salário a todos os servidores públicos, infelizmente isto não aconteceu, pois os muitos servidores não receberam até a presente data, inclusive o prefeito cortou as gratificações dos servidores públicos que realmente trabalham. Em aparte a vereadora Josy Seixas, reportou-se sobre os descontos que estão sendo feitos nos salários dos vereadores, disse que é uma determinação do TCM, em virtude de terem recebido a mais, agora estão devolvendo, sendo que, todo o recurso descontado dos vereadores é repassado para a conta da prefeitura, ou seja, durante os anos de 2020 e 2021, foi devolvido o valor total de setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e oito centavos. Em 2022, mais cinquenta e cinco mil, trezentos e vinte nove reais e oitenta e sete centavos. Portanto a Câmara não fica com esse recurso. Continuando, o vereador Junhão, disse que todos os vereadores receberam a 1ª parcela do 13º salário, agora muitos tem outros descontos como empréstimo e pensão alimentícia. Continuando o Edil disse que era da base do governo do ex-prefeito Ludugero e tinha o apoio para visitar as comunidades rurais do município em busca das demandas para trazer ao conhecimento do Chefe do Executivo, agora se os vereadores da base não têm esse apoio do atual Gestor, devem cobrar, até porque o povo clama por melhorias em todas as áreas. Disse ainda que já teve nesta Casa CPI para investigar ex-presidente, uma vez que sumiram milhões de reais, por isso que diz que todos têm telhado de vidro. Finalizou falando de assessores de vereadores que recebem por este Poder, mas trabalham em outro lugar. A seguir fez uso da palavra o vereador Mauro Wanzeller, disse que apresentou um requerimento solicitando informações sobre a reforma do prédio da prefeitura, mais infelizmente, não obteve nenhuma resposta. Continuando o nobre vereador falou sobre as inúmeras licitações que foram realizadas em 2023, muitas fraudulentas. Em relação à construção do muro que está sendo feito no lixão, disse que não tem placa. Em relação as respostas que estão cobrando da presidência da Casa, disse que é para o presidente responder da mesma forma que vem do



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

executivo, de que está no cronograma da Câmara. Em relação aos descontos que estão sendo feitos nos salários dos vereadores, disse que receberam a mais e o TCM solicitou a devolução do recurso que está sendo repassado para a conta da prefeitura. Acrescentou o vereador Mauro Wanzeller que em 2022 recebeu diária para viajar até Brasília, como teve problema de saúde, não deu mais para viajar e devolveu o recurso para a Câmara. Em relação às emendas modificativas de plenário que apresentou na LOA 2024, disse que foram apresentadas à Comissão de Economia, e que não foram acatadas, por estar razão que as apresentou em plenário e que foram aprovadas conforme os dispositivos regimentais, inclusive tais emendas foram inseridas no texto do Projeto de Lei Orçamentária para 2024. Em aparte, o vereador Marcelo Sarubbi, disse que solicitou sim que as emendas do vereador Mauro Wanzeller fossem colocadas em discussão e votação na sessão do dia 28 de novembro, como também foi encaminhado o projeto de lei da LOA 2024, juntamente com as emendas de plenário aprovadas à Comissão de Economia, para que fossem inseridas no texto do projeto de lei, o que não foi feito pela Comissão. Continuando o vereador Mauro Wanzeller, disse que não cabe essa narrativa de que não houve requerimento de 1/3 dos vereadores para que as emendas ao projeto de lei da LOA 2024 fossem discutidas e votadas na sessão do dia 28 de novembro. Disse ainda ser inaceitável votarem contra o orçamento da Câmara, uma vez que o percentual de 7% solicitado é assegurado por lei. Em relação à empresa de segurança contratada pelo Poder Legislativo que foi citada, disse que se faz necessário para sua segurança, pois recebe ameaças de morte quase que diariamente, como também, para a segurança dos demais vereadores. Disse ainda que seria interessante o prefeito cortar gastos também das empresas Valdir Divino, que recebe mais de trezentos e quarenta mil reais, da empresa Cruz Norte, que recebeu setecentos e quarenta e cinco mil reais, da banda que está sendo contratada para o aniversário da cidade no valor de duzentos mil reais, dentre outras despesas desnecessárias e fraudulentas que existem na Prefeitura de Oriximiná. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente solicitou a aquiescência do Plenário para ultrapassar o Intervalo Regimental de quinze minutos. Obtida a aquiescência do Plenário, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse à leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido para efeito de segunda e última discussão o Projeto de Lei nº 074/23, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Oriximiná, para o exercício financeiro de 2024, com as emendas modificativas de Plenário nrs. 001/2023 e 002/2023, aprovadas na sessão



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

ordinária do dia 28/11/2023 e inseridas no texto do referido Projeto de Lei. Com a palavra, o vereador Ludugero Júnior disse que, no seu ponto de vista, as emendas apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller deveriam ser votadas separadas do projeto de lei do orçamento municipal. O presidente da Mesa Diretora, vereador Marcelo Sarubbi, disse que as emendas já foram aprovadas em 1ª discussão do referenciado projeto de lei na sessão ordinária do dia 28 de novembro do ano em curso, agora se alguém se achar lesado que procure a justiça. O vereador Mauro Wanzeller assegurou que as referidas emendas já foram aprovadas de acordo com os dispositivos regimentais. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, lembrou que, por ocasião da aprovação da LDO de 2024, foram apresentadas as mesmas emendas que versam sobre o orçamento da Câmara e as emendas impositivas dos vereadores. Então, era para ter vindo corrigido no projeto de lei orçamentário como determina a lei em vigor, mas o prefeito se acha no direito de fazer o orçamento da Câmara o que não é correto, até porque quem elabora e aprova o orçamento deste Poder são os vereadores. Em relação as referidas emendas, que já estão inserida no orçamento municipal para 2024, já foram aprovadas em primeira discussão na sessão do dia 28 de novembro, de acordo com os dispositivos regimentais. Com a palavra o vereador Arnaldo Gemaque, disse que, no seu entendimento, naquela sessão, o requerimento pelo aceite das emendas deveria ser votado e isso não aconteceu. Encerradas as discussões, o Projeto de Lei nº 074/23, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Oriximiná, para o exercício financeiro de 2024, com as emendas modificativas de Plenário-EMP nrs. 001/2023 e 002/23, e inseridas no texto do Projeto de Lei, foi colocado em votação, tendo sido aprovado por oito votos a favor e sete votos contra. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Ludugero Júnior reportou-se sobre a questão de assessores de vereadores, acrescentando que pôde observar que o vereador Junhão tem três assessores, enquanto ele só tem dois. Questionou ainda sobre os descontos nos salários dos vereadores sem serem informados. Em relação a aprovação do Projeto de Lei do Orçamento com as respectivas emendas, disse que foi atropelada a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Casa. Em relação a CPI que foi citada pelo vereador Junhão, em que era presidente, foi para a justiça e não foi comprovado nada. Lembrou ainda que no governo do ex-prefeito Gonzaga foi instalada uma CPI sobre a grade aradora, através de requerimento de autoria do ex-vereador Zequinha Calderaro, que hoje é funcionário deste Poder. Disse que existe muitas coisas irregulares nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Casa, que cabe CPI e até cassação. Assegurou dizendo que apoia o atual prefeito até o final do seu mandato. Finalizou dizendo que sempre procura uma convivência em harmonia neste Poder, como também seria interessante estar se discutindo assuntos de interesse da população, mas infelizmente isto não está acontecendo, o que é lamentável. Com a palavra o vereador Junhão, disse que toda vez que for citado vai se defender. Disse ainda que tem uma assessora do líder do governo que recebe pela Câmara e trabalha no comércio do pai dele. Em relação a citar nomes, disse que tem áudios que são comprometedores, o que é preocupante. Finalizou dizendo que toda ação tem uma reação. Com a palavra o vereador Rafael Viana, dirigiu-se ao vereador Ludugero Júnior dizendo que a CPI da grade aradora sobre o ex-secretário da SEMAGRI, Rubson Rodrigues, que hoje é secretário de meio ambiente, em que foi comprovado que o ex-prefeito Gonzaga não autorizou o referido secretário vender tal equipamento. Continuando o Edil disse que não gosta de levar a política pro lado pessoal, acha que o passado tem que ficar para trás, tem que se viver o presente, agora vale ressaltar que muitas pessoas que faziam parte dos governos passados hoje criticam, porque não olharam tais defeitos na época. Disse que teria vergonha de falar mal de uma pessoa e estar precisando dela. Finalizou dizendo que jamais vai desmerecer nenhum gestor que já passou por este município. A seguir fez uso da palavra o vereador Marcelo Sarubbi, após ter sido substituído na presidência pela vice-presidente da Casa. Se dirigiu ao vereador Ludugero Júnior, dizendo que quando ele era presidente, tinha combustível e dois assessores, nunca reclamou e sempre o apoiou. Em relação a reunião com a Equatorial Energia realizada pela Associação Comercial, disse que qualquer vereador pode apresentar requerimento por escrito e não verbalmente. Em relação ao orçamento da Câmara, disse que não se estar dobrando o valor, até porque quinze milhões de reais por ano é uma previsão, agora o que está se requerendo é os 7% da receita corrente líquida como determina a lei. Continuando, o vereador disse que todos os vereadores receberam a primeira parcela do 13º salário, agora, foi descontado dos que têm empréstimos e pensão alimentícia. Em relação aos descontos nos salários dos vereadores, disse que é uma determinação do TCM e todo o recurso devolvido está sendo repassado para a prefeitura. Disse que sua administração neste Poder é transparente, tudo está no Portal da Transparência, inclusive já recebeu dois selos de diamante. Portanto, não tem nada a esconder. Finalizou passando às mãos do vereador Ludugero Júnior, o parecer jurídico sobre as emendas modificativas de plenário apresentadas pelo vereador Mauro Wanzeller. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

da palavra, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para a próxima terça-feira em horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário